



**Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e
Transformação de Carnes EM SA**

Anexo

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J. J.', 'alobtz', and 'A. J.'.

índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

- Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018.....5
- Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2018.....6
- Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2018.....7
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2018.....8
- Anexo
 - 1. Nota introdutória.....9
 - 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....9
 - 3. Principais políticas contabilísticas10
 - 4. Ativos fixos tangíveis13
 - 5. Activos intangíveis.....14
 - 6. Outros ativos financeiros/participações financeiras14
 - 7. Clientes15
 - 8. Estado e outros entes públicos15
 - 9. Diferimentos15
 - 10. Caixa e depósitos bancários16
 - 11. Capital realizado16
 - 12. Resultados transitados.....16
 - 13. Financiamentos obtidos16
 - 14. Outras dívidas a pagar.....16
 - 15. Fornecedores.....16
 - 16. Vendas e prestações de serviços17
 - 17. Fornecimentos e serviços externos.....17
 - 18. Gastos com o pessoal17
 - 19. Outros rendimentos.....17
 - 20. Outros gastos.....18
 - 21. Gastos/reversões de depreciação e de amortização18
 - 22. Resultados financeiros18
 - 23. Eventos subsequentes.....18
 - 24. Informações exigidas por diplomas legais18

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom left of the page.

Unst


Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018





Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carnes EM Sa

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	127 682,28	135 469,43
Activos intangíveis	5	7 000,00	7 000,00
Outros Investimentos Financeiros	6	1 129,18	64,74
		<u>135 811,46</u>	<u>142 534,17</u>
Clientes	7	32 507,57	30 770,03
Estado e outros entes públicos	8	3 421,27	3 928,47
Diferimentos	9	1 175,28	49,30
Outros activos financeiros	6	-	997,60
Caixa e depósitos bancários	10	35 736,44	2 259,94
		<u>72 840,56</u>	<u>38 005,34</u>
Total do Activo		<u>208 652,02</u>	<u>180 539,51</u>
Capitais Próprios			
Capital realizado	11	50 000,00	107 935,06
Resultados transitados	12	29 331,04	(174 835,60)
Resultado líquido do exercício		<u>(46 441,94)</u>	<u>(53 059,44)</u>
Total do Capital Próprio		<u>32 889,10</u>	<u>(119 959,98)</u>
Passivo			
Financiamentos obtidos	13	29 387,14	42 702,71
Outras Dívidas a pagar	14	8 610,00	8 610,00
		<u>37 997,14</u>	<u>51 312,71</u>
Fornecedores	15	32 613,31	79 616,33
Estado e outros entes públicos	8	88 514,47	109 801,38
Financiamentos obtidos		-	1 750,00
Outras dívidas a pagar	14	16 638,00	58 019,07
		<u>137 765,78</u>	<u>249 186,78</u>
Total do Passivo		<u>175 762,92</u>	<u>300 499,49</u>
Total do Capital Próprio e Passivo		<u>208 652,02</u>	<u>180 539,51</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 15 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Vicente Manuel Resende
CC 85554

A ADMINISTRAÇÃO

Margarida Maria Martins
José Ursino Alves

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.18</u>	<u>31.Dez.17</u>
Vendas e Prestação de Serviços	16	163 065,65	151 861,16
Fornecimentos e serviços externos	17	(71 998,23)	(61 240,29)
Gastos com o pessoal	18	(108 844,58)	(107 959,50)
Outros rendimentos	19	104,57	106,36
Outros gastos	20	<u>(11 148,52)</u>	<u>(18 276,21)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(28 821,11)	(35 508,48)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 21	(15 327,42)	(14 754,79)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(44 148,53)	(50 263,27)
Juros e rendimentos similares obtidos	22	4,06	5,08
Juros e gastos similares suportados	22	<u>(2 297,47)</u>	<u>(2 681,25)</u>
Resultado antes de impostos		(46 441,94)	(52 939,44)
Imposto sobre o rendimento do período		-	<u>(120,00)</u>
Resultado líquido do período		<u>(46 441,94)</u>	<u>(53 059,44)</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 15 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Victor Manuel Pinheiro
 CC 85554

A ADMINISTRAÇÃO

Margarida Marques
 Manuel Carlos Denis
 José Vesivo

Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carnes EM Sa

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018**

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.18</u>	<u>31.Dez.17</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		186 525,51	186 091,46
Pagamentos a fornecedores		(134 299,20)	(46 278,46)
Pagamentos ao pessoal		(100 253,70)	(71 414,72)
Caixa gerada pelas operações		<u>(48 027,39)</u>	<u>68 398,28</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(610,59)	(1 075,76)
Outros recebimentos/pagamentos		(30 887,77)	(79 778,46)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>(79 525,75)</u>	<u>(12 455,94)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(3 933,64)	(2 889,32)
Investimentos financeiros		(64,44)	-
		<u>(3 998,08)</u>	<u>(2 889,32)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos		4,06	3,81
		<u>4,06</u>	<u>3,81</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>(3 994,02)</u>	<u>(2 885,51)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		50 000,00	-
Cobertura de prejuizos		84 681,10	-
Outras operações de financiamento		-	30 482,10
		<u>134 681,10</u>	<u>30 482,10</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15 138,05)	(13 388,29)
Juros e gastos similares		(2 546,78)	(2 042,64)
		<u>(17 684,83)</u>	<u>(15 430,93)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>116 996,27</u>	<u>15 051,17</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>33 476,50</u>	<u>(290,28)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>2 259,94</u>	<u>2 550,22</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	<u>35 736,44</u>	<u>2 259,94</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 15 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Victor Manuel Pimentel
CC 85554

A ADMINISTRAÇÃO

Margarida Magalhães
José Carlos Sousa
José António

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

Descrição Período de 2017	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital			
		Capital subscrito	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017		107 935,06	(136 824,19)	(36 567,41)	(65 456,54)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	(38 011,41)	36 567,41	(1 444,00)
		-	(38 011,41)	36 567,41	(1 444,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	(53 059,44)	(53 059,44)
RESULTADO INTEGRAL		-	(38 011,41)	(16 492,03)	(54 503,44)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	11, 12	107 935,06	(174 835,60)	(53 059,44)	(119 959,98)

Ver
Galv
A
B

Descrição Período de 2018

POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018

ALTERAÇÕES NO PERÍODO
 Outras alterações reconhecidas no capital próprio

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

RESULTADO INTEGRAL

OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO

Subscrições de capital
 Entradas para cobertura de perdas
 Outras operações

POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018

Vinhais, 15 de Março de 2019
 A Administração

Manoel António Mesquita
Miguel António Mesquita
João Luís Mesquita

Unidade monetária: Cêntimo de Euro
Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

Capital subscrito	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
107 935,06	(174 835,60)	(53 059,44)	(119 959,98)
(107 935,06)	(53 059,44)	53 059,44	(107 935,06)
(107 935,06)	(53 059,44)	53 059,44	(107 935,06)
(107 935,06)	(53 059,44)	(46 441,94)	(46 441,94)
(107 935,06)	(53 059,44)	6 617,50	(154 377,00)
50 000,00	-	-	50 000,00
-	310 285,52	-	310 285,52
-	(53 059,44)	-	(53 059,44)
50 000,00	257 226,08	-	307 226,08
50 000,00	29 331,04	(46 441,94)	32 889,10

11, 12

Contabilista Certificado
Vitor Manuel Buech

Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, EM Sa

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Empresa Carne de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carne, EM Sa, foi constituída em 1998, tendo sido transformada em empresa Municipal em 14-06-2018, tem sede na Zona Industrial em Vinhais. A Empresa tem como atividade principal o abate de gado.

O capital Social é de € 50.000, encontrando-se realizado na totalidade, tendo como único acionista o Município de Vinhais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2018 as demonstrações financeiras da Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, EM SA foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC) publicado no Decreto Lei 98/2015 de 2 de Junho, que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2010, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2010) foram registados em capitais próprios.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'V' and 'H'.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Carne de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carne, EM Sa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

Handwritten signature and initials in blue ink at the bottom left of the page.

3.3. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

3.5. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.6. Cientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. Capital social

As ações são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.9. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são capitalizados caso sejam diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo, se não o forem serão registados como gastos do período.

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.14. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projectos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017					Saldo em 31-Dez-17
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e Recursos Naturais	6 428,66	-	-	-	-	6 428,66
Edifícios e outras construções	241 192,67	-	-	-	-	241 192,67
Equipamento básico	550 235,53	750,00	-	-	-	550 985,53
Equipamento de transporte	72 428,92	-	-	-	-	72 428,92
Equipamento administrativo	4 853,45	-	-	-	-	4 853,45
Outros activos fixos tangíveis	3 410,45	-	-	-	-	3 410,45
Investimentos em curso	-	1 599,04	-	-	-	1 599,04
	<u>878 549,68</u>	<u>2 349,04</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>880 898,72</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos Naturais	1 927,96	-	-	-	-	1 927,96
Edifícios e outras construções	148 765,48	6 331,64	-	-	-	155 097,12
Equipamento básico	518 096,05	4 234,02	-	-	-	522 330,07
Equipamento de transporte	55 703,19	3 766,38	-	-	-	59 469,57
Equipamento administrativo	4 853,45	422,75	-	-	-	5 276,20
Outros activos fixos tangíveis	1 328,37	-	-	-	-	1 328,37
	<u>730 674,50</u>	<u>14 754,79</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>745 429,29</u>

**Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes. EM Sa
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2018**

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

	31 de Dezembro de 2018					Saldo em 31-Dez-18
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e Recursos Naturais	6 428,66	-	-	-	-	6 428,66
Edifícios e outras construções	241 192,67	-	-	-	-	241 192,67
Equipamento básico	550 985,53	3 670,73	-	1 599,04	-	556 255,30
Equipamento de transporte	72 428,92	3 869,54	-	-	-	76 298,46
Equipamento administrativo	4 853,45	-	-	-	-	4 853,45
Outros activos fixos tangíveis	3 410,45	-	-	-	-	3 410,45
Investimentos em curso	1 599,04	-	-	(1 599,04)	-	-
	<u>880 898,72</u>	<u>7 540,27</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>888 438,99</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos Naturais	1 927,96	-	-	-	-	1 927,96
Edifícios e outras construções	155 097,12	6 331,65	-	-	-	161 428,77
Equipamento básico	522 330,07	4 677,66	-	-	-	527 007,73
Equipamento de transporte	59 469,57	3 895,36	-	-	-	63 364,93
Equipamento administrativo	4 853,45	-	-	-	-	4 853,45
Outros activos fixos tangíveis	1 751,12	422,75	-	-	-	2 173,87
	<u>745 429,29</u>	<u>15 327,42</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>760 756,71</u>

O Edifício foi dado como garantia real no financiamento de 50.000 euros junto do Credito Agricola.

5. Activos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017					Saldo em 31-Dez-17
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	
Custo						
Projectos de desenvolvimento (i)	26 121,20	-	-	-	-	26 121,20
Ativos Intangíveis em Curso	7 000,00	-	-	-	-	7 000,00
	<u>33 121,20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33 121,20</u>
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)	26 121,20	-	-	-	-	26 121,20
	<u>26 121,20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26 121,20</u>

	31 de Dezembro de 2018					Saldo em 31-Dez-18
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	
Custo						
Projectos de desenvolvimento (i)	26 121,20	-	-	-	-	26 121,20
Ativos Intangíveis em Curso	7 000,00	-	-	-	-	7 000,00
	<u>33 121,20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33 121,20</u>
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)	26 121,20	-	-	-	-	26 121,20
	<u>26 121,20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26 121,20</u>

6. Outros ativos financeiros/participações financeiras

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Vrt

 Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes. EM Sa
 Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de Dezembro de 2018

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Crédito Agrícola Tras-os-Montes e Alto Douro	1 000,00	-	-	997,60
Fundo de Compensação do Trabalho	129,18	-	64,74	-
	1 129,18	-	64,74	997,60

7. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	32 507,57	-	30 770,03
	-	32 507,57	-	30 770,03

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de Dezembro de 2018 apresentava-se como segue:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Clientes conta corrente	12 304,51	3 518,32	712,38	15 972,36	32 507,57
Clientes outros	-	-	-	-	-
	12 304,51	3 518,32	712,38	15 972,36	32 507,57

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	3 421,27	3 928,47
	3 421,27	3 928,47
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	118,10
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1 947,88	3 697,62
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	907,00	628,00
Segurança Social	2 217,65	9 762,84
FCT+FGCT	5,87	4,57
Outros impostos e taxas (Taxas Sirca)	83 436,07	95 590,25
	88 514,47	109 801,38

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:



Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes. EM Sa
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2018

	31-Dez-18	31-Dez-17
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	1 175,28	49,30
	<u>1 175,28</u>	<u>49,30</u>
Diferimentos (Passivo)		
	-	-

10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Caixa	401,54	992,32
Depósitos à ordem	35 334,90	1 267,62
	<u>35 736,44</u>	<u>2 259,94</u>

11. Capital Subscrito

Em 31 de Dezembro de 2018 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no valor de 50.000 euros. A entidade é uma EPMIR e o único acionista é o Município de Vinhais.

12. Resultados transitados

Na transformação da entidade em EPMIR os resultados transitados negativos foram cobertos, neste momento encontram-se com saldo positivo devido à cobertura de parte dos prejuízos do exercício de 2018.

13. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	29 387,14	-	42 702,71	-
	<u>29 387,14</u>	<u>-</u>	<u>42 702,71</u>	<u>-</u>

14. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
ANCSUB	-	-	-	26 932,10
Fornecedores de Investimento - Agropromotora	8 610,00	-	8 610,00	-
Pessoal - Acrescidos Férias + Sub. Férias	-	13 938,00	-	17 426,82
Pessoal	-	-	-	13 660,15
Auditoria	-	2 700,00	-	-
	<u>8 610,00</u>	<u>16 638,00</u>	<u>8 610,00</u>	<u>58 019,07</u>

15. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:



**Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes. EM Sa
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2018**

Handwritten signature and initials in blue ink.

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Fornecedores conta corrente	32 613,31	79 616,33
	<u>32 613,31</u>	<u>79 616,33</u>

16. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2018 e de 2017 foram como segue:

	<u>31-Dez-18</u>			<u>31-Dez-17</u>		
	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>
Prestação de serviços	163 065,65	-	163 065,65	151 861,16	-	151 861,16
	<u>163 065,65</u>	-	<u>163 065,65</u>	<u>151 861,16</u>	-	<u>151 861,16</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Serviços especializados	20 001,84	19 091,82
Materiais	7 837,27	4 265,97
Energia e fluídos	33 977,70	28 705,32
Deslocações, estadas e transport	542,30	798,33
Serviços diversos (*)	9 639,12	8 378,85
Aluguer de Equipamentos	1 831,83	785,94
Comunicações	2 131,03	2 371,31
Seguros	1 027,97	2 073,49
Contencioso e Notariado	330,00	45,40
Outros Serviços	4 318,29	3 102,71
	<u>71 998,23</u>	<u>61 240,29</u>

18. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Remunerações do pessoal	84 571,15	85 516,48
Indemnizações	398,60	391,55
Encargos sobre remunerações	18 219,47	18 472,33
Seguros	2 301,68	2 173,51
Outros gastos com pessoal	3 353,68	1 405,63
	<u>108 844,58</u>	<u>107 959,50</u>

Em 2017 e 2018 a empresa teve 7 colaboradores.

O valor de Indemnizações corresponde ao valor pago a viúva de colaborador que faleceu ao serviço da empresa.

19. Outros rendimentos

Handwritten signatures and initials in blue ink.

v-x
h
Abete

**Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes. EM Sa
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2018**

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,04	0,02
Outros rendimentos e ganhos	104,53	106,34
	104,57	111,44

20. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Juros de Mora	2 758,90	
Impostos	5 905,81	11 192,23
Outros gastos e perdas	2 483,81	7 083,98
	11 148,52	18 276,21

21. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18			31-Dez-17		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Activos fixos tangíveis	15 327,42	-	15 327,42	14 754,79	-	14 754,79
	15 327,42	-	15 327,42	14 754,79	-	14 754,79

22. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2018 e de 2017, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Juros e rendimentos similares obtidos		
Dividendos obtidos	4,06	5,08
	4,06	5,08
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2 297,47	2 681,25
	2 297,47	2 681,25
Resultados financeiros	(2 293,41)	(2 676,17)

23. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

24. Informações exigidas por diplomas legais

Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes. EM Sa
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2018

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2018, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2018.

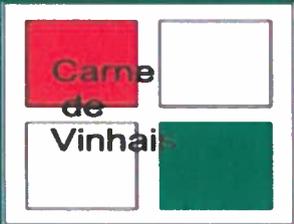
Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Foi registado um acréscimo de gastos referente aos honorários do ROC no valor de 2.700€

Diego Rafael Pereira
CC 85554

Margarida de Jesus
Margarida de Jesus
Josefina de Jesus

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Relatório de Gestão 2018

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



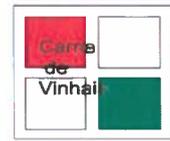
ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

- 1) Envolvente económica
- 2) Evolução de negócios
- 3) Sustentabilidade
- 4) Análise económica e financeira
 - a. Principais indicadores dos ano
- 5) Perspetivas para 2019
- 6) Proposta de aplicação de resultados

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

      **RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018**



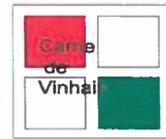
1) Envolvente económica

Os pequenos centros urbanos dos territórios mais do interior e, em particular, as sedes de concelhos e cidades médias têm sido fundamentais para a estruturação do sistema urbano regional. Assim:

- Dificilmente é possível equacionar o desenvolvimento das zonas rurais sem ser no âmbito de uma rede policêntrica de centros urbanos de pequena e média dimensão;
- São fundamentais como centros de prestação de serviços à empresas e cidadãos;
- Sem eles, não é possível gerar círculos virtuosos de desenvolvimento local, isto é, círculos sustentáveis de consumo, rendimento, poupança e investimento;
- Agora o círculo que nos trouxe até aqui é irrepetível. Muito dependeu de um ciclo de investimento público, do alargamento das competências dos Municípios, da descentralização de funções da Administração Central (sobretudo nas áreas da educação e da saúde) e de políticas redistributivas;
- Enfim, o sistema urbano dos territórios do interior desenvolveu-se sem grande ligação com a sua envolvente agrícola e rural e das atividades produtivas que aí se pudessem instalar.

As tradicionais competências dos municípios em matéria de investimento público estão relacionados com a oferta de bens públicos locais. A escala ótima dessa oferta é municipal e os municípios, em muitas circunstâncias, não dependem de outros parceiros para as executarem;

- Quando se passa para o exercício de competências na área da promoção da competitividade da economia local, em muitas circunstâncias, a escala ótima deixa de ser municipal. É necessário encontrar escalas territoriais mais amplas de intervenção, envolvendo múltiplas parcerias (parcerias público-público e público-privadas);
- Os territórios pertinentes são aqueles que asseguram níveis adequados de autogoverno. Não existem políticas territoriais sem boas instituições que as suportem e assegurem a sua governação;



- Necessidade de consolidar um modelo de governação e sub-regional (NUTS III) que assegure níveis adequados de monitorização e de "accountability", a partir das Entidades Intermunicipais e das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial;
- As boas instituições são fundamentais para a consolidação do capital social indispensável para a promoção da ação coletiva territorial. As políticas públicas dificilmente geram capital social do tipo "novo". O que podem, e devem, fazer é melhorar o existente, quer se trate de confiança, normas ou redes sociais.

In: Norte2020 Estratégia de Competitividade do Território

O reposicionamento geo-estratégico da Terra Fria que a política comum e a reestruturação viária operaram, está à vista, até na sua envolvente mais próxima com a concatenação de todas as vias transfronteiriças, alargando-se já a dezanove as antigas cinco fronteiras oficialmente institucionalizadas.

Integrando o Maciço Hespérico, formação antiga profundamente metamorfizada e entrosada por rochas plutónicas, a Terra Fria apresenta dois fácies genericamente ajustados às regiões que a nascente e a poente se desenvolvem a partir do alinhamento orográfico das serras da Nogueira e Montezinho - a primeira, vasta e planáltica, estendida até ao Douro e abrangendo em grande parte a bacia hidrográfica do Sabor, seu afluente e a segunda, com relevo acentuado, percorrida pelas correntes do Tuela e do Rabaçal, que se precipitam no Tua e este no Douro. As serras de Sanabria e da Culebra, na sua envolvente galaico-leonesa, alimentam estes cursos e garantem a fecundidade dos lameiros dos vales profundos em contraste extremo com a aridez das encostas e a secura do planalto.

Região marcada por prados permanentes (lameiros), grandes extensões de carvalho negral, magníficos soutos de castanheiros e searas de trigo e centeio, está ainda desesperadamente presa a uma agricultura atávica e de subsistência, que o rigoroso clima de verões quentes e secos e invernos frios e chuvosos, escarmenta e desengana.

Os rudes condicionamentos da Natureza criaram aqui uma das maiores e melhores reservas ecológicas do país, justificando a delimitação dos Parques Naturais de Montesinho e do Douro Internacional e de zonas protegidas de particular interesse florístico e faunístico.

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018



A presença imemorial do homem modelou a Natureza e introduziu algum exotismo que a valorizou, mas sempre numa sábia convivência transmitida de geração em geração, que caldeou o espírito do transmontano e inspirou os seus costumes e as suas tradições.

Numa perspectiva mais alargada, o enquadramento geográfico no país e na Europa tem colocado a sub-região numa situação periférica, partilhada por uma fronteira internacional quase cega e, como se viu, por uma rede deficiente de acessibilidades e comunicações com o remanescente do território nacional e em particular com os centros de decisão enquistados em Lisboa e no Porto.

Contudo, no processo de construção da União Europeia e perante o grande objectivo do reforço da sua coesão económica e social, os espaços transfronteiriços, se adequadamente incentivados, poderão ser geradores de novas centralidades, sobretudo pela inerente possibilidade de alargamento do mercado potencial, proporcionando a escala que falta ao mercado interno.

Mas, apesar destes benefícios, a Terra Fria, onde residem sessenta e seis mil habitantes, continua a sofrer o mal endémico do envelhecimento e esvaziamento demográfico, que se traduz já na perda de 17% da sua população nos últimos trinta anos, contribuindo, assim, para que a região cifre um dos mais baixos índices de desenvolvimento do país (58% da média nacional), reconhecendo-se absolutamente carente de bens, serviços e investimentos externos, que no seu território não tem sido possível implementar.

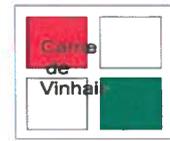
In: http://www.terrafria.pt/index.php?id_menu=99&title=territorio

2) Evolução de negócios

A Carne de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carne, EM. SA, como empresa municipal, tem-se destacado na Região de Trás Os Montes, como referência de qualidade, no abate e na transformação de carnes, há mais de 15 anos.

A capacidade instalada, a estabilidade da equipa de recursos humanos e o efetivo volume de negócios, apresentam uma "estabilidade suspensiva", bastante reduzida, podendo com pequenos reajustes, potenciar um volume de negócios mais "confortável" e mais dinâmico, consubstanciado numa política mais pro ativa de serviços a prestar à comunidade.

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018



A natureza jurídica da unidade, por si só, não deve resultar num “comodismo” que não garanta a sua rentabilidade, a título de exemplo.

3) Sustentabilidade

A empresa tem desenvolvido a sua função económica e social no âmbito da sua natureza jurídica e do seu objeto social.

O principal e único acionista, o Município de Vinhais, respeitando os normativos legais, assegura a estabilidade da operação, pelo suporte dos reforços de tesouraria ou de investimento necessário.

Tendo como base a operacionalidade de uma unidade de abate de carne, garantindo qualidade sanitária na fileira da carne, desde o abate ao consumidor final e nas áreas intermédias de comercialização,

Para além da segurança alimentar, pela garantia da qualidade sanitária no abate e até ao consumidor, tem um outro efeito real e económico, pela proximidade aos produtores de gado em todas as suas raças e a redução do custo de transporte de e para outros matadouros, distantes. Assegura, ainda, a qualidade de 3 raças DOP, a Carne bovina Mirandesa, a raça de ovinos Churra Galega Bragançana e o Suíno Bísaro, qualquer delas importante e determinante para a economia local.


RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018





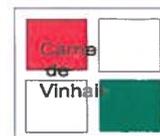


4) Análise económica e financeira

Principais indicadores do ano

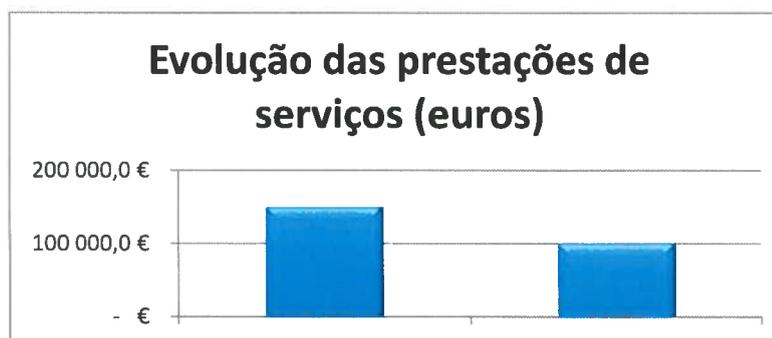
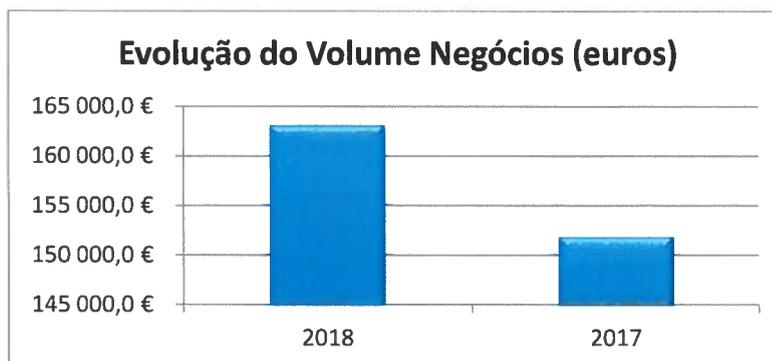
SÍNTESE DE INDICADORES	Real 2018	Real 2017	Real 2016
Operacionais			
Abates			
Abate de Bovinos em Unid. < 2 anos	1378	1594	1267
Abate de Ovinos/Caprinos em Unid.	1510	2285	1103
Abate de Suínos em Unid.	1612	1128	716
Total kg globais	423 805	573 264	287 506
Negócios			
Volume de negócios em Euros	163 065,65	151 861,16	197 879,24
Pessoal			
Número de efetivos	7	7	7
Número médio de efetivos	7	7	7
Gastos com pessoal em Euros	108 844,58	107 959,50	99 153,80
Produtividade			
Kilograma de abates p/ efetivo	60 544	81 895	41 072
Resultados			
EBITDA	-28 821,11	-35 508,48	-19 879,19
EBIT Euros	-44 144,47	-50 258,19	-33 113,33
Financeiros			
Resultados			
Resultado líquido Euros	-46 441,94	-53 059,44	-36 567,41
Estrutura financeira			
Capital Social Euros	50 000,00	107 935,06	107 935,06

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018



Rendimento	2018	2017	Δ Absoluta	Δ em % face a 2017
Vendas e Prestações de Serviços	163 065,7 €	151 861,2 €	11 204,5 €	7,4 %
	163 178,3 €	151 972,6 €	11 205,7 €	7,4 %

Rendimentos	2018	2017	Δ Absoluta
Vendas e Prestações de Serviços	99,9%	99,9%	0,0 %
	100,0%	100,0%	

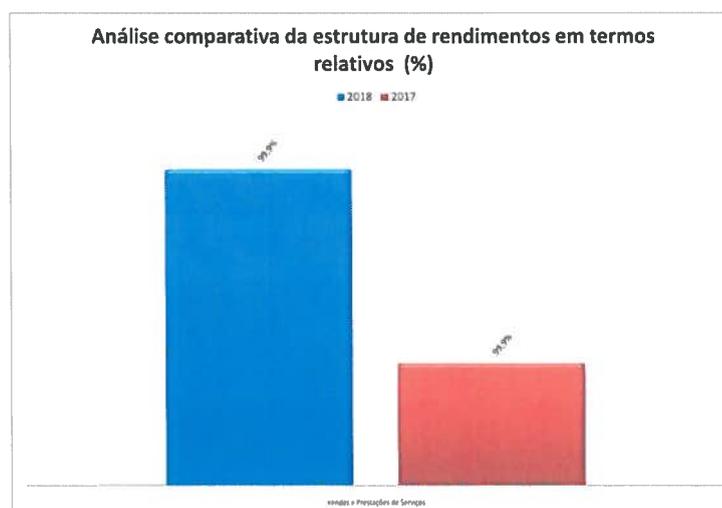
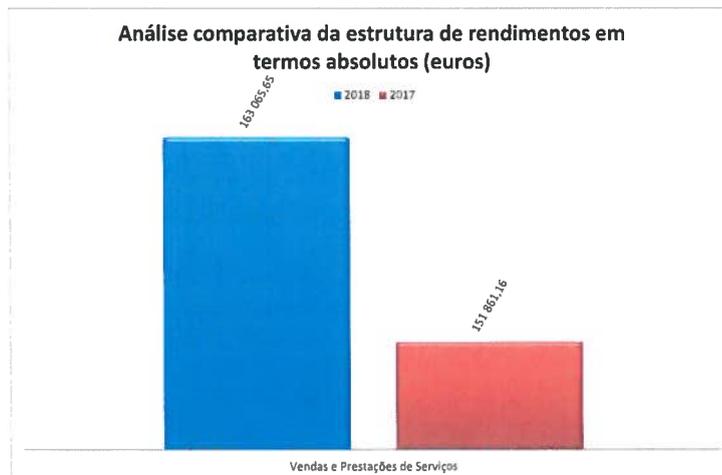
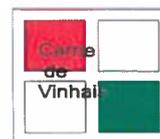








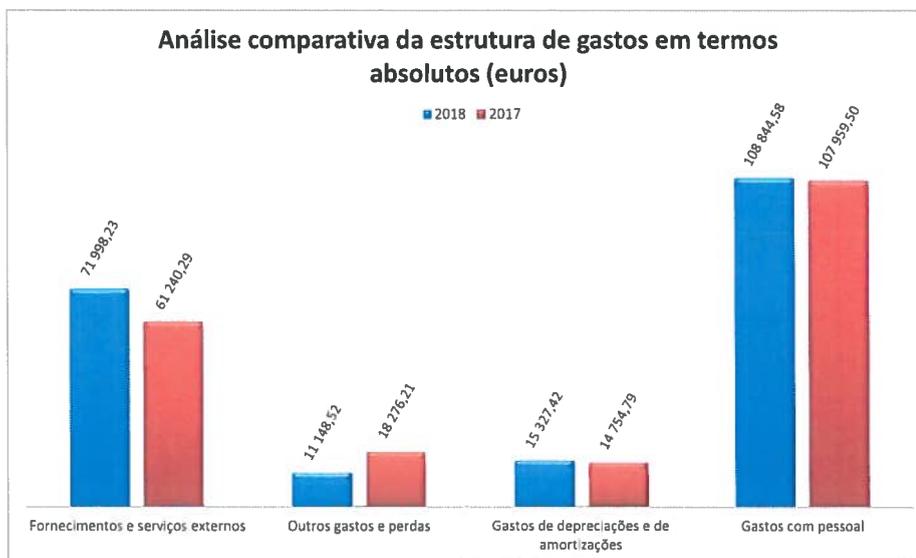
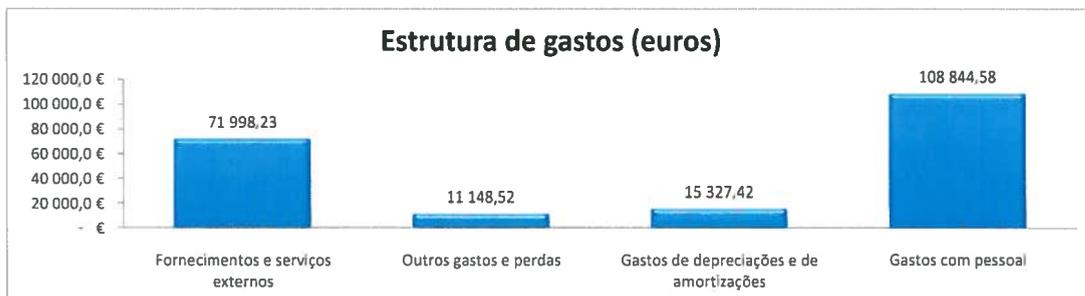
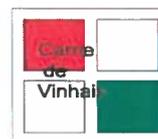
RELATORIO DE GESTÃO - 2018



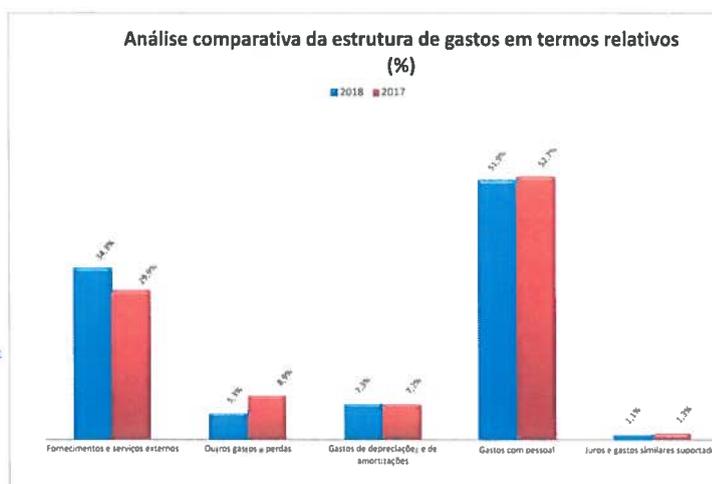
Gastos	2018	2017	Δ Absoluta	Δ em % face a 2017
Fornecimentos e serviços externos	71 998,2 €	61 240,3 €	10 757,9 €	17,6 %
Outros gastos e perdas	11 148,5 €	18 276,2 €	(7 127,7 €)	(39,0 %)
Gastos de depreciações e de amortizações	15 327,4 €	14 754,8 €	572,6 €	3,9 %
Gastos com pessoal	108 844,6 €	107 959,5 €	885,1 €	0,8 %
	209 616,2 €	204 912,0 €	4 704,2 €	2,3 %

Gastos	2018	2017	Δ Absoluta
Fornecimentos e serviços externos	34,3%	29,9%	4,5 %
Outros gastos e perdas	5,3%	8,9%	(3,6 %)
Gastos de depreciações e de amortizações	7,3%	7,2%	0,1 %
Gastos com pessoal	51,9%	52,7%	(0,8 %)
Juros e gastos similares suportados	1,1%	1,3%	(0,2 %)
	100,0%	100,0%	

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018



Rubricas	2018	2017	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	108 844,58	107 959,5 €	885,08 €
N.º Médio de pessoas	7	7	0
Gasto médio por pessoa	15 549,23	15 422,8 €	126,4 €

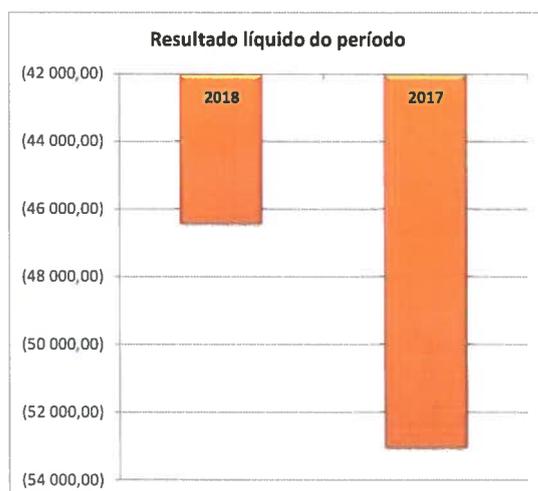




ATIVO	2018		2017	
Ativo não corrente	135 811,46	63,2%	142 534,17	78,9%
Ativo corrente	79 121,31	36,8%	38 005,34	21,1%
Total Ativo	214 932,77		180 539,51	

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2018		2017	
Capital Próprio	32 889,10	15,3%	-119 959,98	(66,4%)
Passivo não corrente	29 387,14	13,7%	51 312,71	28,4%
Passivo corrente	152 656,53	71,0%	249 186,78	138,0%
Total Capital Próprio e Passivo	214 932,77		180 539,51	

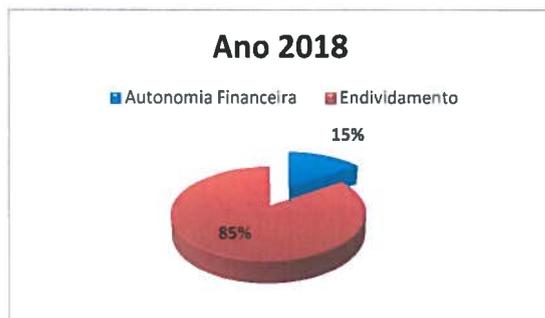
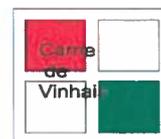
	2018	2017
Resultado líquido do período	(46 437,88)	(53 059,44)
EBITDA	(28 817,05)	(35 503,40)



Indicadores de Gestão	2018	2017	Δ Absoluta	Δ em % face a 2013
Volume de Negócios	163 065,65	151 861,2 €	11 204,5 €	7,4 %
Resultado Líquido do Período	- 46 437,88	(53 059,4 €)	6 621,6 €	(12,5 %)
Cash-Flow	- 31 110,46	- 38 304,65	7 194,2 €	(18,8 %)
Capital Próprio	32 889,10	(119 960,0 €)	152 849,1 €	(127,4 %)
Ativo Total Líquido	214 932,77	180 539,5 €	34 393,3 €	19,1 %
Ativo Não Corrente	135 811,46	142 534,2 €	(6 722,7 €)	(4,7 %)
Capitais Permanentes	62 276,24	(68 647,3 €)	130 923,5 €	(190,7 %)
Margem de Lucro	55,8 %	59,7 %	(3,8 %)	(6,4 %)

Análise Financeira	2018	2017	Δ Absoluta	Δ em % face a 2013
Solvabilidade (%)	18,1 %	(39,9 %)	58,0 %	(145,3 %)
Liquidez Imediata	0,23	0,01	0,23	2 481,2 %
Liquidez Reduzida	0,52	0,15	0,37	239,8 %
Liquidez Geral	0,52	0,15	0,37	239,8 %
Valor Acrescentado Bruto	91 067,4 €	90 620,9 €	446,6 €	0,5 %

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018



	2018	2017	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	15,3%	(66,4%)	81,7%
Endividamento	84,7%	166,4%	(81,7%)

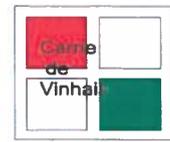
Análise Económica	2018	2017	Δ Absoluta	Δ em % face a 2017
Rendibilidade Líquida das Vendas (%)	(28,5 %)	(34,9 %)	6,5 %	(18,5 %)
Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)	(20,5 %)	(27,8 %)	7,3 %	(26,2 %)
Rendibilidade do Capital Próprio (return on equity)	(141,2 %)	44,2 %	(185,4 %)	(419,2 %)
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	87	73,96	12,87	17,4 %

5) Perspetivas para 2019

Para 2019, as perspetivas são idênticas, continuando a empresa a desenvolver e a exercer o seu papel na fileira da carne, contribuindo para a segurança alimentar, exercendo o seu papel de garantia sanitária e de agente económico no setor, na região.

O reinvestimento em equipamentos chave da(s) linha(s) de abate e na unidade, evidenciam-se no mapa imediatamente abaixo.

EQUIPAMENTOS	VALOR ORÇADO Euros
Serra de Corte e acessórios	15.000
Quadro eléctrico registador e estabilizador de tensão	9.000
Compressor de Ar	8.500
Reconversão do sistema aquecimento de água, para gás natural	9.500
Instalação de painéis solares térmicos, como complemento para aquecimento de água	15.000
Obras gerais de conservação	9.500
TOTAL	66.500



Neste investimento, está projetado a aquisição de painéis solares térmicos, para aquecimento de água para a linha de produção e, assim, o contributo para uma melhor eficiência energética.

6) Proposta de aplicação de resultados

A empresa apresenta resultados líquidos negativos de (46.441,94 Euros), pelo que a proposta da Administração para a aplicação dos resultados, é a sua integração total na conta de Resultados transitados.

Nota Final

Às Empresas e Entidades que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Empresa.

Às Entidades Bancárias, que assumiram connosco o risco do negócio, tornando-se parceiros inseparáveis da nossa jornada, o nosso reconhecimento.

A todos os trabalhadores que contribuíram para o desempenho da empresa, com o seu profissionalismo e dedicação, a Gerência expressa o seu agradecimento.



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018



II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[Handwritten signatures]
RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018



Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carnes EM Sa

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Vendas e Prestação de Serviços	16	163 065,65	151 861,16
Fornecimentos e serviços externos	17	(71 998,23)	(61 240,29)
Gastos com o pessoal	18	(108 844,58)	(107 959,50)
Outros rendimentos	19	104,57	106,36
Outros gastos	20	<u>(11 148,52)</u>	<u>(18 276,21)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(28 821,11)	(35 508,48)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 21	(15 327,42)	(14 754,79)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(44 148,53)	(50 263,27)
Juros e rendimentos similares obtidos	22	4,06	5,08
Juros e gastos similares suportados	22	<u>(2 297,47)</u>	<u>(2 681,25)</u>
Resultado antes de impostos		(46 441,94)	(52 939,44)
Imposto sobre o rendimento do período		-	(120,00)
Resultado líquido do período		<u>(46 441,94)</u>	<u>(53 059,44)</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 15 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Victor Manuel Simões

A ADMINISTRAÇÃO

*Margarida Margarida Mendes
José Carlos Jesus Pires
José António Almeida*

[Handwritten signature]
RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018



Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carnes EM Sa

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	127 682,28	135 469,43
Activos intangíveis	5	7 000,00	7 000,00
Outros Investimentos Financeiros	6	1 129,18	64,74
		<u>135 811,46</u>	<u>142 534,17</u>
Clientes	7	32 507,57	30 770,03
Estado e outros entes públicos	8	3 421,27	3 928,47
Diferimentos	9	1 175,28	49,30
Outros activos financeiros	6	-	997,60
Caixa e depósitos bancários	10	35 736,44	2 259,94
		<u>72 840,56</u>	<u>38 005,34</u>
Total do Activo		<u>208 652,02</u>	<u>180 539,51</u>
Capitais Próprios			
Capital realizado	11	50 000,00	107 935,06
Resultados transitados	12	29 331,04	(174 835,60)
Resultado líquido do exercício		(46 441,94)	(53 059,44)
Total do Capital Próprio		<u>32 889,10</u>	<u>(119 959,98)</u>
Passivo			
Financiamentos obtidos	13	29 387,14	42 702,71
Outras Dívidas a pagar	14	8 610,00	8 610,00
		<u>37 997,14</u>	<u>51 312,71</u>
Fornecedores	15	32 613,31	79 616,33
Estado e outros entes públicos	8	88 514,47	109 801,38
Financiamentos obtidos		-	1 750,00
Outras dívidas a pagar	14	16 638,00	58 019,07
		<u>137 765,78</u>	<u>249 186,78</u>
Total do Passivo		<u>175 762,92</u>	<u>300 499,49</u>
Total do Capital Próprio e Passivo		<u>208 652,02</u>	<u>180 539,51</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 15 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Vicente Manuel Ruanebl

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018

A ADMINISTRAÇÃO



Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E.M., S.A.
Relatório e Parecer do Fiscal Único
EXERCÍCIO de 2018

Ex.^{mos} Senhores Acionistas

Introdução

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram apresentamos o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E. M., S.A. relativamente ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezoito.

Trabalhos Efetuados

2. No decurso do exercício prosseguiu o Fiscal Único com a periodicidade julgada necessária e conveniente, por amostragem, à análise e apreciação dos registos e procedimentos contabilísticos inteirando-se da evolução da gestão social.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre as Conclusões e Recomendações da Auditoria, endereçado ao Conselho de Administração e aos acionistas, nos termos dos deveres de acompanhamento e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Âmbito

4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, o Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
 - ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - iii) A proposta de aplicação de resultados tem claro fundamento.

Parecer

5. Tudo devidamente ponderado, designadamente o que contém a Certificação Legal de Contas, somos de parecer que a Assembleia:
- Delibere sobre a aprovação do Relatório de Gestão, Balanço, da Demonstração dos Resultados, do Anexo, da Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e da Demonstração de Fluxos de Caixa, relativos ao exercício de 2018 apresentados pelo Conselho de Administração;
 - Delibere sobre a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido apresentada pelo Conselho de Administração;
 - Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

O Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e a todos os serviços da empresa a colaboração prestada.

Bragança, 15 de Março de 2019

O FISCAL ÚNICO



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, Lda.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E.M., S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 que evidencia um total de **208.652 euros** e um total de capital próprio de **32.889 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **46.442 euros**, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

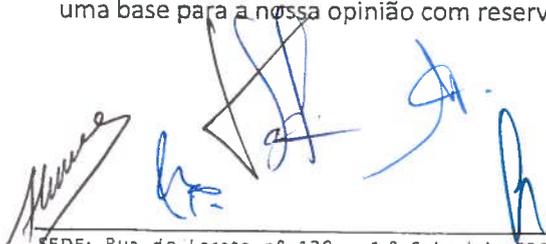
Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Carnes De Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com “Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística”.

Bases para a opinião com Reservas

Por ter sido este o primeiro ano em que a empresa é sujeita à revisão legal de contas, não nos foi possível obter evidência considerada necessária para formarmos opinião sobre a adequabilidade dos saldos de abertura, os quais influenciaram os saldos finais.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.





Ênfases

- Anotamos o facto de a empresa não ter efetuado a divisão dos financiamentos em corrente e não corrente o que implica uma sobrevalorização do passivo não corrente e uma subvalorização do passivo corrente.
- Chamamos a atenção para a necessidade de a empresa apresentar um Plano e Orçamento que permita monitorizar, com carácter periódico, o cumprimento do Plano e das metas orçamentais.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com “Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística”;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Bragança, 15 de Março de 2019

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, Lda.



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EM

31 de Dezembro de 2018

Carnes de Vinhais, E.M., S.A.

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONCLUSÕES DE AUDITORIA

Ex.^{mos} Acionistas

Ex.^{mo} Conselho de Administração da Carnes de Vinhais, EM, S.A.

Ex.^{mos} Senhores:

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos dos deveres de acompanhamento, fiscalização e vigilância previstos no art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto e subsidiariamente pelos deveres de fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e também tendo em atenção as disposições insertas no Estatuto do Revisor Oficial de Contas, mormente o veiculado dos deveres previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas constante da Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro.

Salientamos o facto de a sociedade ter sido transformada em empresa do setor local (Empresa Municipal) no decorrer de 2018 e que, nessa conformidade, estamos limitados quanto à fiabilidade dos saldos de abertura (01/01/2018), o que, naturalmente, condiciona a nossa apreciação. Em todo o caso, e no pressuposto de termos acompanhado os trabalhos que conduziram à escritura de transformação e subsequente registo comercial, vamos procurar fazer uma análise que permita avaliar o desempenho económico-financeiro e a posição financeira da Carnes de Vinhais, EM, S.A..

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal dessa empresa e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas que aqui damos como integralmente reproduzida.

Trabalhos Realizados

Durante o período em que desempenhámos funções e em especial na fase em que decorreram as operações de determinação dos resultados e encerramento das contas, efetuámos um conjunto de procedimentos, dos quais destacamos:

SEDE: Rua do Loreto nº 120 – 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 – E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego – Tel.: 254 656 211 – E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 5.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419



- 3.1 Acompanhamento dos aspetos essenciais da gestão da entidade, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável administrativo e financeiro quer com o contabilista certificado e, em algumas situações, com a Administração, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.
- 3.2 Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, Anexo, Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, com as normas constantes no Sistema de Normalização Contabilística.
- 3.3 Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- 3.4 Análise do sistema de controlo interno existente na empresa, com especial incidência nas áreas de receção, contas a pagar, prestação de serviços, expedição e contas a receber, tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.
- 3.5 Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - Análise e teste aos saldos bancários apresentados pela entidade;
 - Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores, outros devedores e credores e seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela empresa, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
 - Inspeção documental dos principais elementos do Ativo Fixo Tangível, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de depreciações
 - Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;

- Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos em que intervém a sociedade;
- Análise das operações e saldos com as sociedades e outras entidades onde existem interesses relacionados;

3.6 Apreciação da política de seguros, de investimentos e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros.

Informações Adicionais

Em consequência do trabalho efectuado, e para além das considerações feitas na Certificação Legal de Contas, entendemos dever relatar o seguinte:

Sistema de controlo interno

Do levantamento a que procedemos relativamente ao sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) O Caixa deve ser movimentado para fazer face a pequenas despesas pagas em dinheiro e, para esse efeito, dotado de um fundo fixo que será repostado regularmente. A nossa opinião vai no sentido de limitar os movimentos de caixa ao pagamento de pequenas despesas em dinheiro, sem prejuízo de, diariamente, ser elaborada uma folha de caixa para controlo dos pagamentos e recebimentos, que servirá de suporte e controlo aos movimentos das contas em bancos. Assim, os movimentos de pagamentos e recebimentos referentes a compras, vendas, etc, devem passar diretamente pelas contas D.O. "Diário de Bancos" que permitem, pela via da reconciliação bancária, detetar possíveis erros de ineficácia do controlo interno resultantes dos movimentos efetuados, quer diretamente nas contas de bancos, quer indiretamente nas contas das entidades terceiras que envolvam pagamentos e recebimentos.
- b) A organização interna do Matadouro revela algumas deficiências em relação a procedimentos básicos de controlo que passamos a enumerar:
 - Não há evidência quanto ao grau de satisfação dos clientes através de inquéritos periódicos promovidos por entidade independente, o que pode influenciar o número de abates a realizar pela Unidade de abate;



- Não há evidência de existir um controlo de gastos ao nível da unidade de abate, que permita verificar qual o racional subjacente aos gastos incorridos e ao défice de exploração;
 - Não há evidência de o accionista único (Município) ter estabelecido um plano estratégico para a actividade da empresa com a fixação de objectivos quantitativos e qualitativos e ter feito aprovar, de acordo com esse Plano, um Orçamento para o ano de 2019 através do qual seja possível monitorizar a evolução da exploração com suporte na execução orçamental;
 - Apesar de ser este o primeiro ano em que estamos a proceder à auditoria/revisão das contas, não há evidência de existir uma política de recuperação do número de abates, designadamente junto dos clientes sedeados no concelho de Vinhais e concelhos limítrofes e, de acordo com a revisão analítica a que procedemos, tendo por base a informação referente a anos anteriores, verificámos que a empresa tem vindo a diminuir os seus rendimentos em valor superior à redução dos gastos o que evidencia uma quebra de eficiência e um agravamento do resultado negativo de exploração.
- c) Ao nível interno deverão ser registados diariamente, em mapa auxiliar, todos os gastos incorridos e todos os rendimentos gerados pelo abate e venda dos couros (peles) e outros serviços prestados;
- d) Mensalmente deverá ser feita uma pesquisa dos preços praticados pelos concorrentes mais diretos para aferir sobre a competitividade da empresa;
- e) Deverá ser feito um controlo biométrico das presenças dos empregados e reportado à pessoa que procede aos processamentos de salários;
- f) Deverá o Conselho de Administração reunir ordinariamente uma vez por mês e dar reporte ao Município sobre a evolução da exploração e, trimestralmente, apresentar uma demonstração de resultados sujeita a certificação pelo revisor oficial de contas;
- g) Face ao controlo sistemático da actividade da empresa deverá ser monitorizado o contrato programa de modo a garantir que a gestão obtém a maior eficiência na utilização dos recursos.

Definição do Índice de Materialidade

O nosso trabalho foi planeado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA's) 320 e 450, tendo por base a avaliação de um risco de controlo Médio/Alto, resultante de algumas insuficiências em relação a determinados procedimentos de efeitos no património e na atividade e, também, pelo facto da

estrutura accionista se ter alterado e implicar novas exigência de controlo, e, ainda tendo por base os valores retirados das demonstrações financeiras de 2017, ajustámos a materialidade global em € 3.037,22 e a materialidade de execução em € 2.126,05. No entanto, em relação aos Depósitos à Ordem, Empréstimos Bancários, Ativos Fixos Tangíveis e Investimentos em Curso efetuámos verificações integrais, que nos permitiram detetar erros e omissões até próximo de uma materialidade zero. A materialidade é o valor limite para os erros e omissões toleráveis que isoladamente, ou no seu conjunto posam ter um impacto material relevante nas demonstrações financeiras.

11 - Caixa

Em relação ao “Caixa”, a 31 de Dezembro de 2018, o saldo apresentado pela contabilidade é de € 401,54. Efetuámos alguns procedimentos de análise documental feitos à data em que nos foi possível efetuar esses testes, que nos permitiram validar a razoabilidade e adequabilidade do saldo apresentado.

Ainda relativamente ao “Caixa” reiteramos o descrito no ponto acima do controlo interno.

12- Depósitos à Ordem

A empresa prepara as reconciliações bancárias para todas as contas de depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende a € 35.334,90.

Procedemos à circularização das instituições bancárias (CGD e CCAM) com quem a entidade teve operações ativas e das quais apenas obtivemos resposta da CCAM. Além disso, procedemos às verificações de conformidade e de análise substantiva das reconciliações bancárias preparadas pela entidade, o que nos permitiu concluir que todas as contas bancárias conferem com a resposta do banco/extrato bancário.

Contas a Receber e a Pagar

21 - Clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2018 apresenta um saldo de € 32.507,57.

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de clientes seleccionámos 10 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos da empresa e foi pedido a cada um desses clientes que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Das 10 entidades seleccionadas apenas obtivemos 1 resposta que confere. Relativamente às entidades que não responderam no montante global de € 14.073,81, procedemos a testes alternativos de auditoria, nomeadamente análise de contas correntes, não tendo obtido a evidência considerada necessária relativamente aos saldos iniciais, pese embora termos verificado e validado as operações e registos ao longo do período.



Efetuámos ainda, procedimentos analíticos de auditoria aos saldos constantes no programa de gestão comercial de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada. Da análise que efetuamos verificámos que a diferença entre o total relevado pela contabilidade, comparativamente ao total da gestão comercial é de € 625,44, o que não influencia, de forma material, a posição financeira da rubrica de clientes.

O cliente "211110000 – Cliente Indiferenciado " apresenta um saldo devedor no valor de € 32.507,57 que representa a totalidade da rubrica. O desdobramento do referido saldo encontra-se no programa de gestão comercial. Tal procedimento carece de uma integração do programa da gestão comercial na contabilidade, para se poderem identificar situações suscetíveis de cobrança mais difícil;

22 - Fornecedores

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2018 apresenta um saldo de € 32.613,31.

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 23 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade foram enviadas cartas circulares e foi pedido a cada um desses fornecedores que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Desses 23 fornecedores não obtivemos qualquer resposta.

Por tal facto, procedemos a testes alternativos de auditoria para o montante global de € 32.214,85, nomeadamente análise de contas correntes do exercício de 2018 e início de 2019, só obtivemos a evidência sobre os movimentos ocorridos no ano, não nos tendo sido possível validar os saldos iniciais.

23 e 63 – Gastos com o Pessoal

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os gastos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, de um mês de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado pela contabilidade.

24 - Estado

Relativamente à conta "24 – Estado e Outros Entes Públicos", procedemos à verificação do cumprimento das obrigações legais, fiscais e contabilísticas em relação aos diferentes tributos e, bem assim, à conformidade dos registos contabilísticos.

R

Da análise efectuada, consideramos relevante referir o seguinte:

- No IRS verificamos a existência de uma diferença no valor de € 580 entre o saldo da contabilidade e o valor da guia de dezembro;
- O IVA apresenta uma diferença de € 593,00 entre a contabilidade e as declarações de IVA;
- Segurança Social, regista uma divergência no montante de € 260,72 entre os valores processados/balancete e o valor da guia do mês de Dezembro. Todavia acresce, que a empresa tem uma dívida em execução fiscal de, pelo menos, €1.075,91.
- O valor de € 83.436,07 diz respeito às taxas SIRCA, para as quais existe um processo de execução fiscal no valor de € 46.916,57 e o restante, segundo o Contabilista Certificado, diz respeito a taxas SIRCA que não foram abrangidas na execução fiscal mas que até à data ainda não foram pagas.

25 – Financiamentos Obtidos

Esta rubrica apresenta a 31 de Dezembro de 2018 um saldo credor de € 29.387,14.

Em relação aos financiamentos obtidos foi enviada carta acompanhada da conta corrente emitida a partir dos livros e registos da empresa à Instituição Bancária que têm operações com a entidade e foi pedido que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Obtivemos resposta onde verificamos a existência de uma diferença no valor de € 117,18 para mais na contabilidade em relação à resposta do banco

Chamamos ainda à atenção para o facto de o financiamento não se encontrar adequadamente dividido em corrente e não corrente.

Outras Contas a Receber e a Pagar

27.11 – Fornecedores de Investimento

Esta rubrica apresenta a 31 de Dezembro de 2018 um saldo de € 8.610,00.

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores de investimentos seleccionámos 1 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade foi enviada uma carta circular e foi pedido a esse fornecedor de investimento que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Não obtivemos resposta para o valor de € 8.610,00, pelo que desenvolvemos testes alternativos de auditoria, nomeadamente análise de conta corrente, não nos tendo sido possível obter evidência considerada necessária relativamente aos saldos iniciais, por não ter havido nenhum movimento durante 2018.



27.22 – Credores por Acréscimos de Gastos

Esta rubrica apresenta a 31 de Dezembro de 2018 um saldo credor de € 16.638,00 referente ao acréscimo das férias, subsídio de férias e respetivos encargos e gastos de 2018 que só foram registados em 2019.

28 – Diferimentos

Relativamente à rubrica “281 – Gastos a reconhecer”, verificámos que o saldo apresentado no valor global de € 1.175,28 é referente, essencialmente, à especialização dos seguros.

4 - Investimentos

41 – Investimentos Financeiros

A 31 de Dezembro de 2018 esta rubrica apresenta um saldo de € 1.129,18 respeitante ao Fundo de Compensações do Trabalho (trabalhadores admitidos a partir de 1 de Outubro de 2013 de acordo com a Lei n.º 70/2013 de 30 de Agosto) e a 200 títulos de capital detidos na CCAM do Alto Douro, de valor nominal €5.

43 – Ativos Fixos Tangíveis

Em relação a esta rubrica verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções. Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como verificada a asserção mensuração. Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2018 apresenta um saldo de € 127.682,28.

45 – Ativos Intangíveis em Curso

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2018 apresenta um saldo de € 7.000,00 referente a um estudo e projeto sobre a alteração do estabelecimento industrial, pelo que a nossa opinião é que o mesmo seja regularizado como gasto (resultados transitados).

5 - Capital, Reservas e Resultados Transitados

Da análise efetuada verificámos que esta rubrica registou as seguintes alterações:

- Afetação do resultado líquido negativo do exercício de 2017 no valor de € 53.059,44;
- Redução do capital social a zero para cobertura de prejuízos acumulados;



- Cobertura de prejuízos acumulados através da conversão de créditos detidos pelo Município de Vinhais no valor de € 45.173,39;
- Cobertura de prejuízos acumulados no valor de € 52.681,10 a realizar em dinheiro;
- Cobertura de prejuízos no valor de € 26.932,10 através de da conversão de um crédito da ANCSUB;
- Aumento de capital para € 50.000,00;
- Regularizações de saldos de períodos anteriores;
- Reconhecimento de € 32.000,00 referentes a um adiantamento efetuado pelo Município por conta da cobertura de prejuízos.

6 – Evolução de Gastos e Rendimentos

Rubricas de rendimentos em que houve maior variação:

- “72 – Prestação de Serviços”, aumentaram € 11.204,49 face ao período homólogo, ou seja, 7,37%;

Rubricas de gastos em que houve maior variação:

- “62 – Fornecimentos e serviços externos”, sofreu um aumento de € 10.757,94 o que equivale a (17,56%);
- “68 – Outros Gastos” diminuíram € 7.127,69 face ao período homólogo.

A estrutura global de exploração encontra-se no quadro que a seguir se apresenta:

Título	SALDO 2018	SALDO 2017	Variação	% Variação
Vendas e serviços prestados	163 065,65	151 861,16	11 204,49	7,37
Fornecimentos e serviços externos	- 71 998,23	- 61 240,29	-10 757,94	17,56
Gastos com o pessoal	- 108 844,58	-107 959,50	- 885,08	0,81
Outros rendimentos	104,57	106,36	- 1,79	- 1,68
Outros gastos	- 11 148,52	- 18 276,21	7 127,69	- 38,99
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	- 28 821,11	- 35 508,48	6 687,37	- 18,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 15 327,42	- 14 754,79	- 572,63	3,88
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	- 44 148,53	- 50 263,27	6 114,74	- 12,17
Juros e rendimentos similares obtidos	4,06	5,08	- 1,02	- 20,08
Juros e gastos similares suportados	- 2 297,47	- 2 681,25	383,78	- 14,31
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	- 46 441,94	- 52 939,44	6 497,50	- 12,27
Imposto sobre o rendimento do período	-	- 120,00	120,00	- 100,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	- 46 441,94	- 53 059,44	6 617,50	- 12,47

Em síntese é de sublinhar a variação ocorrida ao nível do EBITDA com um acréscimo de € 6.687,37, acompanhado pelo aumento do “resultado líquido” em € 6.617,50.

Conclusões

No decorrer do trabalho efectuado não detectámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao contrato da sociedade.

10

SEDE: Rua do Loreto nº 120 – 1.º Sobrelouja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 – E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com

DELEGAÇÃO: Largo do Desterro Bloco 1, Sobrelouja Drt. 5100-093 Lamego – Tel.: 254 656 211 – E-mail: roc@jalima.pt

INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 5.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410

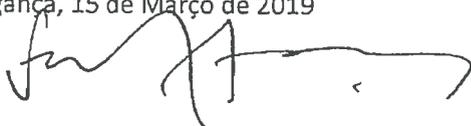
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

Handwritten signatures and initials of the auditors and company representatives.

Handwritten signature of a representative.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração da sociedade "Carnes de Vinhais, EM, S.A.", tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual de Acompanhamento e Conclusões de Auditoria, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações. Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da empresa e demais órgãos sociais.

Bragança, 15 de Março de 2019



Fernando José Peixinho Araújo Rodrigues - (ROC nº 1047)
Em representação da S.R.O.C. Fernando Peixinho & José Lima

